

Emergência nacional

Os que nos lêem, terão notado que de um tempo a esta parte dedicamos alguns de nossos principais comentários às relações do Brasil com os outros países, especialmente os que se reúnem na OCDE, vale dizer os industrializados do mundo livre. Essas relações, como insistimos em mostrar, são sumamente delicadas, e delas se pode dizer que parecem indicar caminho que conduz o Brasil cada vez mais, e mais depressa, a pernicioso isolamento. Essa separação abrange não apenas o Estado brasileiro, mas também a economia e, por via de consequência, todos os cidadãos brasileiros. O fato de o Brasil estar só no mundo decorre fundamentalmente de uma mentalidade que inspira uma política: a de que o Brasil pertence ao Terceiro Mundo, eventualmente ao Ocidente, e deve desenvolver-se autárquicamente na medida do possível. O que há de grave nessa mentalidade e na política externa que se trouçou a partir dela não é a falta de visão que espelha; é que aqueles que formulam tais abstrações imaginam que, por ter sido o Brasil importante do ponto de vista geopolítico na Segunda Guerra Mundial, os países industrializados devem suportar todos os nossos amuos e, apesar deles, assistir-nos, sob pena de navegarmos sobre outros ventos.

Essa estreita visão geoestratégica, dos anos 50, por incrível que pareça, ainda inspira muitos dos que decidem na Ilha da Fantasia. A ela, soma-se o nacional-oligárquismo, a defender o mercado interno para a ineficiência, ainda que ao preço de comprometer todo o relacionamento do Brasil com os países europeus e os Estados Unidos. Ao erro de visão estratégica e à distorção nacionalista, acrescentam-se os interesses da oligarquia e a demagogia do Congresso Nacional, ambos impedindo que se estabeleça uma política séria de privatização e de desregulamentação da economia. O resultado da junção de todos esses fatores negativos está em duas informações divulgadas anteontem, coroando outras que se sucederam ao longo da semana: o embaixador do Brasil em Washington foi encarregado de solicitar a compreensão norte-americana para que Brasília possa resolver a difícil situação cambial, e o ministro da Fazenda afirma

que será difícil negociar um acordo com o FMI, a partir do fato de que o déficit público deste ano será maior do que o do ano passado. Como se sabe que o Tesouro norte-americano e os bancos privados dos Estados Unidos só se comoverão se houver acordo com o Fundo, e como se sabe que o acordo depende da taxa da inflação brasileira de julho (isto é, que seja menor do que a de junho), segue-se que o isolamento do Brasil se tornou preocupante, para não dizer que passa a constituir uma situação de quase emergência nacional.

Quase emergência, dizemos, porque estão em risco os créditos de curto prazo, que financiam nosso comércio internacional, e permitem que a indústria brasileira continue mantendo níveis de emprego razoáveis. Agora que a situação começa a tornar-se crítica; agora que os representantes norte-americanos não mais se acanham de dizer de público o que pensam das autoridades brasileiras, envia-se o embaixador do Brasil em Washington em missão de paz...

Assim como essas coisas devem ser ditas com clareza para que pelo menos os candidatos à Presidência da República saibam que tipo de situação os espera, se eleitos, é necessário tornar patente aquilo que todos imaginam ser a verdade, mas que o governo teima em esconder da opinião pública, porque revelá-lo seria passar seu atestado de óbito. Para não fazê-lo, o presidente Sarney viaja para Paris! O que se deve dizer, pois já se fala em círculos mais ou menos restritos, sem qualquer pedido de reserva, é que o governo Sarney não merece mais a confiança da comunidade financeira internacional e não terá dela a assistência requerida. Não se espera qualquer tipo de represália maior do que as que dependem do julgamento das investigações feitas nos Estados Unidos com base nas cláusulas da lei de comércio internacional norte-americana conhecidas como *special 301* e *super 301*. Entre não aplicar represálias e prestar assistência, no entanto, vai um passo enorme. O Brasil, hoje, foi colocado de quarentena — e isso acontece por culpa de um governo (Executivo e Congresso) que se recusa a ver a realidade das coisas e insiste em imaginar que os outros, os países importantes, têm a

obrigação de financiar todo o desperdício brasileiro, pelo simples fato de o Brasil chamar-se Brasil!

No Clube de Paris diz-se que a suspensão dos créditos de curto prazo é uma possibilidade; nos bancos norte-americanos insinua-se a mesma coisa; na Itália, sabe-se que os créditos que estariam à disposição do governo e das empresas brasileiras, num projeto de *interesse político italiano*, foram cancelados, porque já não há confiança no atual governo de Brasília. É bem possível que por detrás da atitude italiana, como de muitos burocratas norte-americanos e europeus, existam problemas outros além da credibilidade do governo Sarney. A falta de confiança nos dirigentes da Ilha da Fantasia, no entanto, é fator fundamental para essa tomada de decisão em todo o mundo industrializado, pelo qual a *superpotência brasileira* sempre manifestou o mais solene desprezo desde que passou a ser líder do Terceiro Mundo, cujos países membros preferem acomodar-se à sombra dos industrializados, deixando para trás, na virada do século, as palavras de ordem de 1950.

A saída mais rápida para essa situação seria antecipar as eleições presidenciais e a posse do futuro governo. Infelizmente, a relação de forças e o quadro político não permitem que as eleições presidenciais se façam amanhã e a posse do futuro governo se dê no dia seguinte. Se assim é, se o povo brasileiro deve suportar tudo até 15 de novembro — e depois até 15 de dezembro, possivelmente, com o segundo turno das eleições presidenciais —, pelo menos que o bom senso prevaleça e se antecipe a posse do presidente eleito. A economia brasileira não suporta mais este desgoverno que nos acomete; muito menos terá fôlego para chegar a 15 de março de 1990. O presidente Sarney, se tivesse os olhos postos no Brasil e não em sua carreira política, encontraria o caminho mais suave para abreviar a agonia deste fim de regime. Se não tem a altitude de espírito para fazê-lo, pelo menos que no Congresso haja quem, em maioria, possa alterar a Constituição e assegurar aos brasileiros que a porta que dá para o caminho que leva à solução da crise — passando pela reintegração do Brasil na comunidade mundial — será aberta mais cedo.